Governo e câmaras gastam milhares em comunicação

ÉLVIO PASSOS
epassos@dnoticias.pt

O Governo Regional e as câmaras municipais investem cada vez mais meios nas questões ligadas à comunicação, em geral, e na social, em particular. Neste último aspecto é dada especial importância à monitorização de tudo o que é publicado em jornais, rádios, televisões, redes sociais, blogues ou qualquer outro tipo de informação divulgada por via digital. O último contrato, tornado público, para aquisição deste tipo de serviços é da responsabilidade da Vice-presidência do Governo e ascende a 75 mil euros.

Considerando o montante em causa, pedimos ao Governo que esclarecesse que serviços estão integrados na contratação (clipping), a quem são dirigidos e o que a determinou. A Vice-presidência respondeu que "a contratação da prestação de serviços de Clipping é fundamentada pela necessidade de monitorizar e identificar informação quantitativa e qualitativa sobre a actualidade política e económica regional, nacional e internacional, bem como as opiniões relevantes e editoriais dos principais jornais que, para além do simples conhecimento, permitem à Vice-presidência, responsável pela coordenação política do Governo Regional, actuar, corrigir e até planear o futuro".

Consciente de que, além de tomar decisões, planear percursos políticos e executá-los, é necessário comunicar bem para ser bem-sucedido, o Governo admite que, "para além do valor estratégico que esse serviço representa – normalmente a etapa final de um esforço de comunicação – o clipping permite reunir, organizar e arquivar tudo o que é dito sobre o Governo Regional, sendo de extrema importância para ter uma correcta percepção de como é que o Governo está a comunicar com a população e qual a eficácia dessa comunicação".

Quanto ao valor, aparentemente elevado, quando comparado com a generalidade dos contratos idênticos na base oficial da contratação pública, a Vice-presidência justifica-o com o facto de, "ao contrário de outras contratos realizados, a presente aquisição ser efectuada para todo o Governo Regional, evitando assim a contratação individualizada por cada uma das secretarias regionais, garantindo, desta forma, significativas poupanças económicas".

Monitorizar a comunicação social é essencial às organizações actuais.

"O contrato abrange um vasto universo de pesquisa, com mais de uma centena de temáticas, monitorizando toda a área de interesse do Governo Regional, a nível regional, nacional e até internacional." O Governo esclarece, ainda, que o serviço inclui "quatro alertas por dia, que são cumulativos entre si. O universo monitorizado inclui os jornais regionais, nacionais e internacionais, revistas especializadas, todas as televisões do país, todas as estações de rádio informativas da Madeira e dos Açores e sites on-line de informação".

Estando em causa uma contratação com consulta prévia, pedimos que fossem reveladas as entidades consultadas. A Vice-presidência identificou a '10 – EIN – Centro de Cópias e Investimentos Publicitários, Lda.' a 'Press Power' e 'Benefits Sucess', tendo o critério de adjudicação sido o da "proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade de avaliação do preço". A empresa vencedora foi a Press Power.

Economia de escala é um facto

O argumento de que, ao ter contratado para toda a estrutura de Governo, a Vice-presidência conseguiu um bom preço, aparenta fazer sentido. Alguns casos concretos podem ajudar a perceber essa realidade.

> Contrato de maior valor é da Vice-presidência e destina-se a todo o Governo

Em 2016 e 2017, a Secretaria da Economia e Turismo contratou, para si, um serviço semelhante por 17,5 mil euros por ano. Tendo em atenção a alargada estrutura de Governo, os 75 mil euros podem significar uma poupança superior a 50%, tendo como referência o valor conseguido na altura por Eduardo Jesus.

Já neste ano, a Associação de Promoção da Madeira também contratou idêntico serviço, igualmente por um ano, por 17 mil euros. Foram todos à mesma empresa, a Press Power.

Funchal também gasta milhares

A par do Governo Regional, a Câmara do Funchal é das entidades que, na Madeira, mais investem em comunicação, algo que vem do tempo em que era presidida por Miguel Albuquerque e que foi incrementado com a liderança de Paulo Cafôfo.

Antes de 2014, foram tornados públicos seis contratos ligados ao clipping. Do final de 2013 até ao presente, foram publicados na base oficial apenas dois. Um em 2014 à filial portuguesa da todo poderosa Cision, e outro em 2016 também à Press Power. O primeiro por 11 mil euros, o segundo por cinco mil.

Mas, tal como nas demais entidades, há um conjunto de investimentos em comunicação que não vão para a base oficial da contratação público e que, por isso, tendem a passar despercebidos. Alguns exemplos. Em Março de 2016, a CMF despendeu seis mil euros na 'concepção de plano de comunicação e assessoria mediática para a inauguração do Complexo Balnear do Lido'. Para isso, contratou os serviços da muito conhecida, a nível nacional, LPM (Luís Paixão Martins) - Comunicação.

Mais no final do mesmo ano, a CMF contratou novamente a LPM, desta feita por 5,5 mil euros, para a 'prestação de serviços de consultoria de comunicação mediática para o evento Noite do Mercado 2016'.

Ainda no mesmo ano, a CMF voltou a contratar a mesma empresa, por oito mil euros, para 'apoio de comunicação relativo ao evento Funchal Sound 2016'.

No ano anterior, 2015, a LPM também foi contratada pela CMF para a 'definição e concepção de marketing e comunicação institucional do projecto Funchal Card. Para isso, despendeu seis mil euros.

Governo e câmaras municipais também gastam largos milhares de euros anuais em publicações que inserem nos órgãos de comunicação social, que, se, por um lado, visam cuidar dos seus aspectos comunicacionais, por outro, podem ser vistos como apoios à pluralidade de informação na Região.